

Para cumprimento do disposto no nº 2, do artº 47º do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, publique-se na 2ª Série do *Diário da República*, Parte H, no boletim periódico e na página eletrónica do Município. Cabimente-se, comprometa-se, emita-se a requisição e pague-se o valor que resulte da sua publicação, caso haja fundos disponíveis.



DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA CHEFE DA DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E GESTÃO URBANÍSTICA

DESPACHO

Nº 32/RH/2017

Considerando que:

- Nos termos do meu Despacho Nº 31/RH/2017, de 4 de setembro, nomeei no cargo de Chefe de Divisão, da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, a Técnica Superior da Câmara Municipal de Tábua, Maria Luísa Nunes Marques;
- Nos termos do nº 1, do artº 16º, da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, alterada pelas Leis nº 82-B/2014, de 31/12 e nº 42/2016, de 28/12, *«Os titulares de cargos de direção exercem também as competências que neles forem delegadas ou subdelegadas, nos termos da lei.»*;
- Nos termos da Lei nº 75/2013, alterada pela Lei nº 42/2016, e 28 de dezembro:
 - No artº 38º, estão elencadas as competências que o Presidente da Câmara e Vereadores podem delegar ou subdelegar no dirigente da unidade orgânica materialmente competente;
 - No artº 58º, estão elencadas as formas de publicitação das deliberações dos órgãos das autarquias locais.
- Nos termos do CPA (Código do Procedimento Administrativo), aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro:
 - No nº 1, do artº 44º, *«Os órgãos administrativos normalmente competentes para decidir em determinada matéria podem, sempre que para tal estejam habilitados por lei, permitir, através de um ato de delegação de poderes, que outro órgão ou agente*



TÁBVA
MUNICÍPIO

da mesma pessoa coletiva ou outro órgão de diferente pessoa coletiva pratique atos administrativos sobre a mesma matéria.»;

- No nº 2, do artº 47º, «Os atos de delegação ou subdelegação de poderes estão sujeitos a publicação, nos termos do artigo 159.º»;
- No artº 159º, «Quando a lei impuser a publicação do ato, mas não regular os respetivos termos, deve a mesma ser feita no Diário da República ou na publicação oficial da entidade pública, e na Internet, no sítio institucional da entidade em causa, no prazo de 30 dias, e conter todos os elementos referidos no n.º 1 do artigo 151.º»;
- No artº 151º, são elencadas todas as menções obrigatórias que deverão constar no ato.

No uso da competência que me é conferida pela artº 38º, da Lei nº 75/2013, alterada pela Lei nº 42/2016, e 28 de dezembro, nos termos do artº 44º e seguintes do CPA, e visando as competências próprias dos titulares dos cargos de Direção Intermédia de 2º Grau, que se encontram previstas no Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Local e Regional do Estado, aprovado pela Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis nº 51/2005, de 30 de agosto, nº 64-A/2008, de 31 de dezembro, nº 3-B/2010, de 28 abril, nº 64/2011, de 22 de dezembro e nº 128/2015, de 3 de setembro, e tendo ainda em consideração as funções atribuídas ao Chefe de Divisão no Regulamento Orgânico do Município de Tábua em vigor, aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de 18 de dezembro de 2013, publicado em *Diário da República*, 2ª Série, nº 27, de 7 de fevereiro de 2014, mediante o meu Despacho nº 2052/2014, de 18 de dezembro de 2013, DELEGO, na trabalhadora, Maria Luísa Nunes Marques, Técnica Superior na área de Engenharia Civil, nomeada no cargo de Chefe de Divisão (Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau), na Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística:

- Nos termos do nº 2, do artº 38º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada pela Lei nº 42/2016, e 28 de dezembro, as competências previstas nas suas alíneas:

- a) Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;
- b) Justificar faltas;
- e) Decidir em matéria de organização e horário de trabalho, tendo em conta as orientações superiormente fixadas;
- f) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário;
- **Nos termos do nº 3, do artº 38º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada pela Lei nº 42/2016, e 28 de dezembro, as competências previstas nas suas alíneas:**
 - d) Autorizar termos de abertura e encerramento em livros sujeitos a essa formalidade, designadamente livros de obra;
 - f) Autorizar a passagem de termos de identidade, idoneidade e justificação administrativa;
 - g) Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais;
 - h) Emitir alvarás exigidos por lei na sequência da decisão ou deliberação que confirmem esse direito;
 - i) Conceder licenças de ocupação da via pública por motivo de obras;
 - j) Autorizar a renovação de licenças que dependa unicamente do cumprimento de formalidades burocráticas ou similares pelos interessados;
 - m) Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante ou subdelegante, nomeadamente:
 - ☒ Assinar e dar execução à correspondência de mero expediente da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística;
 - ☒ Assinar certidões e declarações;
 - ☒ Proceder à audiência prévia dos interessados no procedimento, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, no âmbito das suas atribuições na Divisão;
 - ☒ Ordenar o arquivamento de processos, nomeadamente, por deficiências de instrução ou falta de elementos de apreciação imputáveis aos requerentes, se estes

não procederem à regularização dos mesmos, depois de notificados nos termos legais, bem como nos casos de extinção ou resolução dos procedimentos encetados na sequência de despacho superior.

- **Praticar ainda os seguintes atos administrativos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação:**
 - a) Conceder a autorização prevista no nº 5, do artº 4º e aprovar as respetivas taxas;
 - b) Autorizar a substituição do requerente ou comunicante, do titular do alvará de construção ou do título do registo emitidos pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., do responsável por qualquer dos projetos apresentados, do diretor de obra ou do diretor de fiscalização de obra, nos termos do nº 9, do artº 9º;
 - c) As competências referidas nos números 1, 2 e 7, do artº 11º;
 - d) Estabelecer as condições de ocupação da vis pública por motivos de execução de obras, nos termos fixados no artº 57º do RJUE e desde que não esteja em causa a interrupção total da via;
 - e) Emitir os títulos para a realização das operações urbanísticas (Título de licença, e da autorização de utilização), nos termos do artº 74º.

Nos termos do artº 48º do CPA, o órgão delegado deve mencionar essa qualidade no uso da delegação.

Paços do Município de Tábua, 4 de setembro, de 2017

O Presidente da Câmara,



Mário de Almeida Loureiro